

DESIGUALDADES NA GARANTIA DO DIREITO À PRÉ-ESCOLA

INICIATIVA



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PARCEIRO TÉCNICO



DIREITOS E PERMISSÕES

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria.

SUGESTÃO DE CITAÇÃO

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022)
Desigualdades na garantia do direito à pré-escola

REALIZAÇÃO

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
www.fmcsv.org.br



SOBRE A FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

Desde 2007, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal trabalha pela causa da primeira infância com o objetivo de impactar positivamente o desenvolvimento de crianças em seus primeiros anos de vida. As principais frentes de atuação da Fundação são a promoção da educação infantil de qualidade, o fortalecimento dos serviços de parentalidade, a avaliação do desenvolvimento da criança e das políticas públicas de primeira infância e a sensibilização da sociedade sobre o impacto das experiências vividas no começo da vida.

CEO
Mariana Luz

Área de Operações

DIRETOR
Leonardo Hoçoya
ANALISTA
Letícia Monaco

Área de Conhecimento Aplicado

DIRETORA
Marina Fragata Chicaro
GERENTE
Beatriz Abuchaim
ANALISTA
Ana Cipriano

Área de Comunicação e Relações Governamentais

DIRETORA
Mariana Montoro Jens
GERENTE
Ana Carolina Vidal Guedes
ANALISTA
Marcelo Rodrigues

PARCERIA INSTITUCIONAL

UNICEF

CONSULTORA ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO INFANTIL
Carolina Velho

OFICIAL DO DESENVOLVIMENTO DE PRIMEIRA INFÂNCIA
Maíra da Silva Souza

Undime

ASSESSORA INSTITUCIONAL
Edineide Almeida

PRESIDENTE
Luiz Miguel Garcia

PARCERIA TÉCNICA

Quantis Consultoria
Rafael Bernardini
Marcos Vinício Wink

DA OBRA

COORDENAÇÃO
Ana Cipriano

REDAÇÃO
Amanda Stabile
Mayara Penina

REVISÃO
Renata Penzani

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Marília Figueiras

REVISÃO TÉCNICA
Beatriz Abuchaim
Carolina Velho
Marcos Vinício Wink

REVISÃO GERAL
Marcelo Rodrigues

Sumário

- 4** Apresentação
- 6** Síntese
- 8** A pré-escola é um direito das crianças
- 12** Perfil socioeconômico das crianças fora da pré-escola
- 30** Impactos da pandemia na pré-escola
- 34** Com a palavra, o presidente da Undime
- 36** Considerações finais
- 38** Cinco ações do gestor municipal para garantir o direito à pré-escola a todas as crianças
- 39** Conhecendo a metodologia de Busca Ativa Escolar
- 40** Quando estar na escola é esperança para romper o ciclo de pobreza

Apresentação



FOTO: LALO DE ALMEIDA



Qual o perfil socioeconômico das crianças que não têm o direito à pré-escola assegurado no Brasil?

A presente publicação pretende responder a esta pergunta apresentando dados que caracterizam as crianças que frequentam e não frequentam a pré-escola nos municípios brasileiros.

Responder a essa pergunta é importante porque toda criança brasileira que completa quatro anos até 31 de março do ano corrente tem direito a uma vaga na escola pública de Educação Infantil mais próxima de sua residência. Assim como toda a família tem o dever de matricular seu filho a partir dessa idade na escola. Trata-se de uma determinação expressa no artigo 4 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas que ainda estamos longe de cumprir: existem mais de 330 mil crianças fora da pré-escola, de acordo com estimativas feitas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019.

Diante desse cenário, esta publicação apresenta informações sobre frequência escolar para grupos de indicadores sociais e econômicos de crianças e suas famílias, provenientes do estudo *Perfil socioeconômico das crianças entre quatro e cinco anos, segundo frequência escolar – 2018-2020*, realizado pela Quantis Consultoria Financeira, a pedido da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação). De forma complementar, apresenta-se uma análise das taxas de matrícula durante a pandemia, período em que ocorreu uma queda, chegando a 275 mil matrículas a menos apenas em 2021.

Os achados da pesquisa evidenciam as desigualdades sociais no país, pois crianças em situação de vulnerabilidade têm maiores riscos de não frequentar a pré-escola, demonstrando a urgência de ações articuladas por diversos atores da sociedade para que elas tenham o direito à educação garantido. Assim, este material pretende ser, além de um diagnóstico, também um chamado para a ação de toda a sociedade, com especial ênfase para os gestores.

Nas próximas páginas, será abordada a importância da pré-escola, haverá uma análise do perfil socioeconômico das crianças não atendidas e os impactos da pandemia nas taxas de matrícula; além disso, apresenta-se a metodologia de Busca Ativa Escolar como uma aliada para identificar e incluir as crianças cujo direito à pré-escola não está sendo respeitado. Por fim, há recomendações de ações possíveis aos gestores, visando a garantia deste direito.

Boa leitura!

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação)
UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

Os achados da pesquisa evidenciam as desigualdades sociais no país, pois crianças em situação de vulnerabilidade têm maiores riscos de não frequentar a pré-escola, demonstrando a urgência de ações articuladas por diversos atores da sociedade para que elas tenham o direito à educação garantido.

Por que a pré-escola é tão importante?

Todas as crianças com idade entre quatro anos e cinco anos e onze meses têm direito à pré-escola pública e gratuita garantido pelas leis brasileiras, sendo essa uma etapa obrigatória.

A pré-escola contribui para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo aprendizagens que terão impacto em toda a vida. É na pré-escola que as crianças desenvolvem bases importantes para os anos iniciais do Ensino Fundamental — etapa em que o processo de alfabetização deve ser concluído.

Crianças que frequentam a pré-escola têm mais chances de terminarem a educação básica e maiores taxas de empregabilidade, bem como níveis mais altos de escolarização durante a vida adulta, em relação às crianças que não frequentam a etapa.

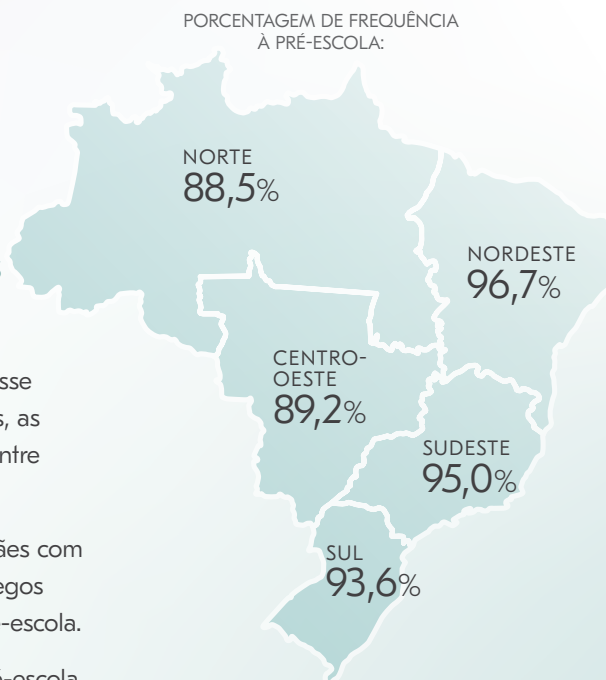
Quem são as crianças que estão fora da pré-escola?

Mais de 330 mil crianças entre quatro anos e cinco anos e onze meses de idade estão fora da escola, segundo estimativas feitas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019.

Embora o índice de atendimento na pré-escola estivesse em 94,1% em 2019, o correspondente a 5.943.395 crianças, as frequências escolares se distribuem de modo desigual entre diferentes perfis socioeconômicos.

Crianças pretas, em situação de pobreza, filhas de mães com 19 anos ou menos, com baixa escolaridade e com empregos informais correm maior risco de não frequentar a pré-escola.

Há também desigualdades marcantes no direito à pré-escola na comparação das variáveis entre as regiões brasileiras.





Frequência à pré-escola no Brasil - 2019

Segundo raça ou cor

Pretas, pardas e indígenas: **91,9%**
Brancas ou amarelas: **93,5%**

A região Centro-Oeste foi a que apresentou maior desigualdade entre as frequências escolares de crianças brancas e pretas, 89,4% e 80,6%, respectivamente.

Segundo situação de pobreza

Pobres: **92,0%**
Não pobres: **94,8%**

As regiões Sul e Norte se destacam negativamente, com as maiores desigualdades, com diferença de 8,8% e 8,2%, respectivamente para crianças pobres e não pobres.

Segundo ocupação da mãe

Ocupação informal: **95,0%**
Ocupação formal: **96,6%**

A região Norte é a que possui menor frequência escolar para crianças filhas de mães com trabalhos informais, com 89,4%.

Segundo condição de monoparentalidade

Família monoparental: **94,2%**
Família não-monoparental: **94,1%**

A região Centro-Oeste possui a maior defasagem em relação à frequência escolar de crianças que residem com apenas um adulto: 83,1% a taxa para famílias monoparentais e a de famílias não-monoparentais foi de 89,9%.

Segundo idade da mãe

Mãe com 19 anos ou menos: **92,3%**
Mãe com 20 anos ou mais: **94,4%**

As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram as menores taxas de frequência escolar de crianças filhas de mães jovens, 81,5% e 82,1%, respectivamente.

Segundo escolaridade da mãe

Mães com Ensino Fundamental completo: **95,3%**
Mães sem Ensino Fundamental completo: **91,1%**

As regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram as menores taxas de escolarização de filhos de mães sem Ensino Fundamental completo, 84,8% e 86,3%, respectivamente.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, a redução no número de matrículas foi de aproximadamente 315 mil entre 2019 e 2021, sendo 275 mil apenas em 2021.

Cinco ações do gestor municipal para garantir o direito à pré-escola a todas as crianças

1. Planejar a expansão de vagas, com especial atenção em atender as localidades em que residem os públicos mais vulneráveis identificados neste estudo.
2. Identificar e localizar as crianças que não estão matriculadas na pré-escola ou que estão em situação de evasão, utilizando estratégias como a Busca Ativa Escolar.
3. Sensibilizar as famílias para a importância da Educação Infantil de qualidade, com ênfase na obrigatoriedade da pré-escola.
4. Articular ações intersetoriais, tanto no nível da gestão, quanto nos profissionais que atuam na ponta, para a promoção do direito à pré-escola.
5. Contribuir para a efetivação do regime de colaboração, conhecendo quais programas e políticas federais e do seu estado estão ativos para a Educação Infantil e nos quais seu município pode ser participante, bem como demandando destes entes uma maior participação no regime.

A pré-escola é um direito das crianças



FOTO: LALO DE ALMEIDA



A Educação Infantil, ofertada a crianças de zero a cinco anos e 11 meses de idade, é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil. Ela é dividida em dois níveis: a creche, para crianças de até três anos, cuja matrícula é opcional; e a pré-escola, que deve, obrigatoriamente, atender todas as crianças que completarem quatro anos de idade até o dia 31 de março do ano letivo para o qual se realiza a matrícula.

Considerando que as vivências dos primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento humano e que todas as crianças devem ter acesso a oportunidades educativas que potencializem sua aprendizagem, com a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, o Brasil adotou o compromisso de garantir a Educação Infantil pública e gratuita a todas as crianças do país. Essa proposição também foi reforçada em 1990, pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), [Lei nº 8.069](#), que regulamenta os direitos dessa população.

Para garantir a efetivação e atribuir as responsabilidades sobre essa etapa da educação, em 1996 foi sancionada a [Lei nº 9.394](#), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Com a [Emenda Constitucional 59/2009](#), se estabelece a necessidade de uma articulação entre os entes federados a fim de organizar a universalização da oferta com os recursos públicos que possibilitem uma educação de qualidade e equânime.

Reforçando essa determinação, em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância, [Lei nº 13.257](#) – legislação específica para garantir os direitos das crianças de zero a seis anos –, define a Educação Infantil como uma das áreas prioritárias para a criação de políticas públicas no Brasil. Também demarca que a expansão dessa etapa educacional deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), além de profissionais qualificados, currículo e materiais adequados à proposta pedagógica.

Dada a centralidade de um bom currículo para efetivar uma Educação Infantil de qualidade, em 2017, o MEC homologou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento, elaborado por especialistas de diversas áreas de conhecimento, norteia o planejamento das redes de ensino e das escolas a partir da definição do que os estudantes da Educação Básica devem aprender em cada etapa educacional.

Para além dos direitos fundamentais que as crianças têm no momento presente, é na pré-escola que se desenvolvem bases importantes para os anos iniciais do Ensino Fundamental – fase em que, de acordo com a BNCC, as crianças serão formalmente alfabetizadas.

A entrada na pré-escola significa, na maioria das vezes, o primeiro momen-

A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade –, um dos apelos globais da Organização das Nações Unidas (ONU) para erradicar a pobreza, proteger a natureza e garantir uma sociedade próspera, visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A meta 4.2 deste mesmo ODS é assegurar, até 2030, a todas as meninas e os meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, além do acesso a cuidados básicos, e à Educação Infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o Ensino Fundamental.

Para saber mais sobre o estágio de implementação da BNCC na Educação Infantil, acesse o [Sumário Executivo da Avaliação da Qualidade da Educação Infantil](#).

A pré-escola é um direito das crianças

to em que as crianças ampliam suas interações sociais para além do convívio familiar, com outros adultos e crianças da mesma idade. Segundo a BNCC, os professores na pré-escola, ao acolherem as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, ampliam o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

Ao frequentar a creche e a pré-escola, as crianças em situação de pobreza também recebem alimentação adequada — cujo acesso, muitas vezes, não é possível em seus lares. Nestes casos, a escola pode representar o único espaço de acompanhamento profissional do desenvolvimento da criança com rotinas estruturadas e acolhimento.

Além disso, é também na escola que se pode detectar situações de violência, pois é o local onde a criança estabelece vínculos de confiança com pessoas adultas, para quem pode pedir socorro. Mesmo que a criança não peça ajuda, a violência pode ser percebida, seja por marcas físicas, por mudanças de comportamento, ou por outras formas que a criança encontra para expressar o seu sofrimento, como desenhos, cartas, entre outras.



Impactos da pré-escola

E estudos nacionais e internacionais revelam que egressos da pré-escola têm 88% mais chances de concluírem o Ensino Fundamental, e 73% mais chances de terminarem a educação básica. Além disso, a pré-escola traz impacto significativo sobre o aprendizado, especialmente de matemática. Estudantes que frequentaram a etapa tiveram melhores notas nessa disciplina ao longo do primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Pesquisas recentes considerando os anos de pandemia vividos no Brasil compararam crianças que vivenciaram o atendimento presencial no contexto de normalidade pré-pandemia em 2019 com crianças que terminaram a pré-escola em 2020 fazendo atividades remotas. No segundo grupo, a perda estimada em termos de aprendizado é de até seis meses em matemática e sete meses em linguagem em relação ao grupo de 2019.



Diversos estudos realizados nos Estados Unidos e no Reino Unido indicam que frequentar a pré-escola é uma medida efetiva para garantir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais a curto e médio prazo, e o seu efeito é mais acentuado para crianças oriundas de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

Além disso, indivíduos que passam pela pré-escola têm em média 0,6 anos a mais de escolaridade e, entre os homens, salários 6% maiores na vida adulta. Crianças que frequentam a etapa têm, durante a vida adulta, maiores taxas de empregabilidade, níveis mais altos de escolarização e menos probabilidade de cometer crimes em relação às crianças que não frequentam a etapa.

BIBLIOTECA PARA SE APROFUNDAR

A tese *Impactos do ensino infantil sobre o aprendizado: benefícios positivos, mas desiguais*, de Daniel Domingues dos Santos, analisou uma série de pesquisas nacionais e internacionais sobre o impacto da pré-escola na vida das crianças;

O artigo *Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no contexto brasileiro*, de Mariane Campelo Koslinski e Tiago Lisboa Bartholo, discute a importância de estudos com desenhos longitudinais sobre o início da escolarização obrigatória para compreender padrões de desigualdades de oportunidades educacionais;

A pesquisa *Intergenerational and Intragenerational Externalities of the Perry Preschool Project*, realizada por James J. Heckman & Ganesh Karapakula, analisa os resultados de um programa pré-escolar de alta qualidade ofertado para crianças pobres na década de 1960;

O artigo *Efeitos de longo prazo da Educação Infantil: evidências e política*, de Edward Melhuish, utiliza dados internacionais para evidenciar os benefícios de longo prazo que resultam da Educação Infantil de qualidade;

A publicação *Panorama da violência letal sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, produzida pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra a escola e os profissionais da educação como atores centrais na prevenção e resposta à violência contra crianças;

O trabalho *Aprendizagem na Educação Infantil e Pandemia: um estudo em Sobral/CE*, produzido pelo Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE) – UFRJ, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, demonstrou que a interrupção das atividades presenciais por conta da covid-19 ampliou substancialmente as desigualdades de aprendizagem na pré-escola;

O *Estudo Desigualdades e impactos da Covid-19 na atenção à primeira infância*, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal com o UNICEF, mostrou que a pandemia teve um efeito negativo sobre o estado nutricional das crianças, e que esses impactos foram influenciados pelas medidas de enfrentamento à pandemia, como o fechamento das escolas.

Perfil socio-econômico das crianças fora da pré-escola



FOTO: LAILO DE ALMEIDA



Dentre as vinte metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, a primeira corresponde à ampliação de vagas na Educação Infantil. A meta pretendia universalizar, até 2016, o acesso à pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos e onze meses de idade.

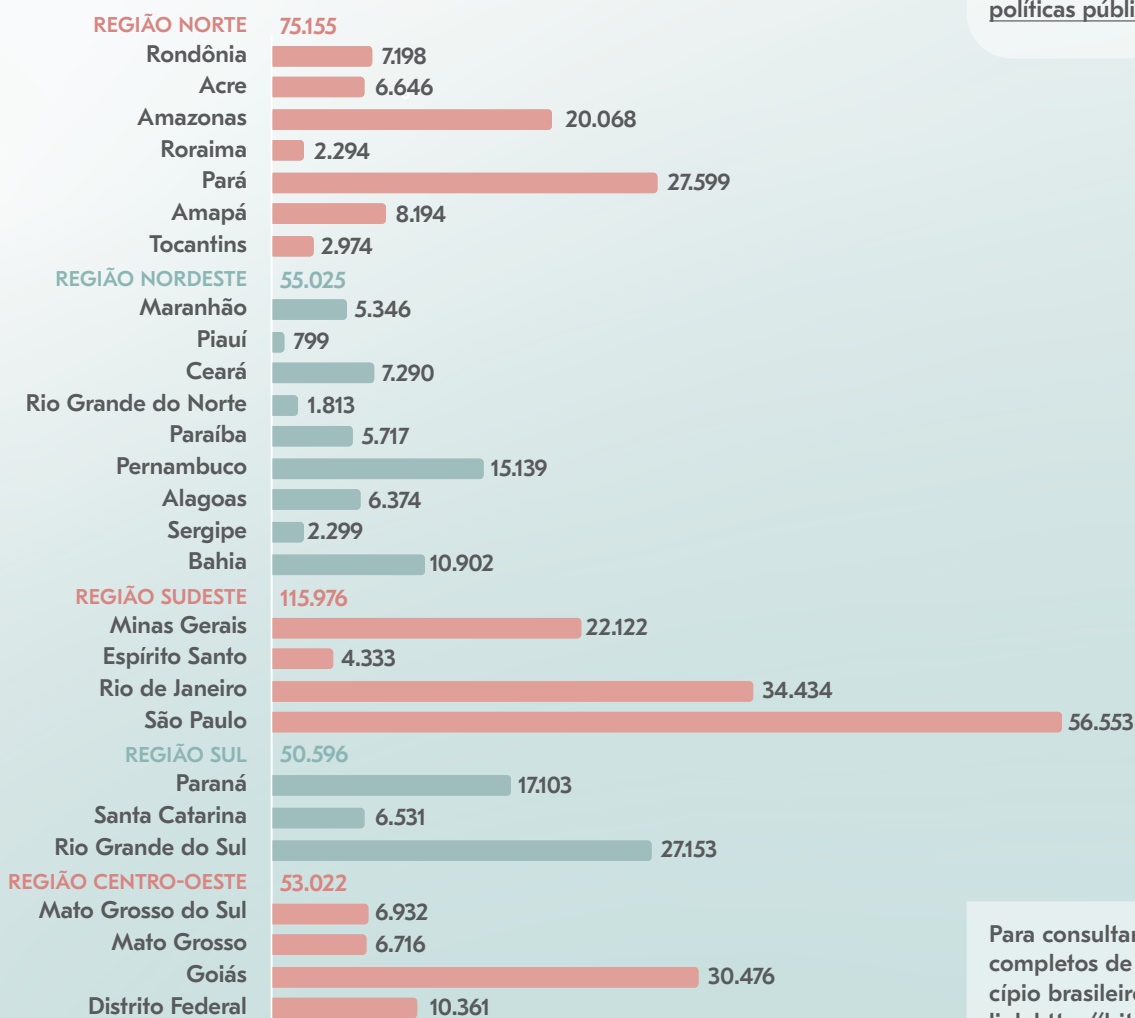
Embora o acesso à Educação Infantil tenha sido consideravelmente ampliado, os objetivos ainda não foram atingidos: as taxas de frequência estavam em 37% para a creche e 94,1% para a pré-escola*, em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019.

*CORRESPONDENTE A 5.943.395 CRIANÇAS

A meta 1 do PNE também estabelece ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até 2024.

Para saber mais sobre a demanda de creche, acesse [Índice de Necessidade de Creche 2018-2020 e estimativas de frequência: insumos para a focalização de políticas públicas.](#)

TOTAL DE CRIANÇAS FORA DA PRÉ-ESCOLA EM 2019 POR REGIÕES E ESTADOS BRASILEIROS



Para consultar os dados completos de cada município brasileiro, acesse o link <http://bit.ly/3UaEeZH>

ESTIMATIVAS FEITAS A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNADC) DE 2019.

2.1 Quem são as crianças desassistidas nessa idade?

Para apresentação dos dados, utiliza-se o termo “mãe” para a figura da mãe ou, na ausência de dados sobre esta figura, para o(a) cuidador(a) principal.

Será demonstrado, ao longo deste capítulo, que a supracitada taxa de frequência de 94,1% à pré-escola não é igual para todas as crianças. Os resultados aqui apresentados, provenientes do estudo *Perfil socioeconômico das crianças entre quatro e cinco anos, segundo frequência escolar – 2018-2020*, evidenciam que crianças pretas, pobres, residentes em zonas rurais, filhas de mães com baixa escolaridade e com empregos informais são aquelas com maior risco de não frequentar a pré-escola.

Outro dado que merece atenção é a frequência escolar de crianças filhas de mães sem o Ensino Fundamental completo. Segundo o estudo, quanto maior o acesso educacional da mãe, maior a frequência escolar da criança.

Todas essas diferenças contribuem para o fortalecimento de ciclos intergeracionais de pobreza e aumento das desigualdades históricas do Brasil, deixando as crianças ainda mais vulneráveis, distantes da escola e de um cenário em que possam desenvolver todo seu potencial.

Mesmo com todas as discrepâncias, existem casos em que as desigualdades educacionais são menores. A região Nordeste, por exemplo, aparece com indicadores menos desiguais de frequência escolar para crianças com idades entre quatro e cinco anos, residentes em localidades rurais, pretas e pardas, e pertencentes a famílias pobres.

Assim, espera-se que a apresentação dos dados dos perfis de crianças que estão fora da pré-escola auxilie gestores públicos no planejamento da ampliação do atendimento focalizado nas crianças mais vulneráveis, além de apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de iniciativas de Busca Ativa escolar.

Explore mais dados sobre a cobertura da Educação Infantil e de outros indicadores por município e estado na plataforma [Primeira Infância Primeiro](#), uma iniciativa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para gestores públicos, oferecendo informações, cursos e recomendações para que priorizem as crianças de zero a seis anos nas políticas públicas.



ENTENDA A METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa utiliza informações provenientes da PNAD (2005-2015), PNAD Contínua (2016-2019) e do Censo Demográfico (2010), com análises produzidas em 2019. A ausência de resultados mais recentes se dá pelo fato de que não foram publicados novos dados da PNAD sobre o tema até o momento da escrita deste material.

Foram construídos indicadores da taxa de frequência escolar de acordo com características socioeconômicas relevantes das crianças e de suas famílias. Como diferencial, os dados consideram a data de corte de 31 de março para determinar a idade das crianças, fazendo uma correção da idade dos dados disponibilizados pelo IBGE, de modo a contabilizar todas as crianças que deveriam frequentar a pré-escola.

Nos estados, nas regiões e no país, as informações disponibilizadas correspondem exatamente às da PNADC dos respectivos anos. Para obtenção das informações municipais, como não há dados provenientes da PNAD ou PNADC, foram realizadas estimativas a partir dos dados municipais da Amostra do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, atualizadas com os dados estaduais citados anteriormente.

Os resultados aqui apresentados, provenientes do estudo, evidenciam que crianças pretas, pobres, residentes em zonas rurais, filhas de mães com baixa escolaridade e com empregos informais são aquelas com maior risco de não frequentar a pré-escola.



FOTO: LALO DE ALMEIDA

2.2

Frequência escolar de crianças por raça ou cor

Em 2019, a frequência escolar de crianças pretas, pardas e indígenas de quatro e cinco anos era menor (91,9%) que a de crianças brancas ou amarelas (93,5%).

O Nordeste se apresenta como um destaque positivo na equidade das taxas de acesso à escola por cor ou raça. Nesta região, a defasagem de frequência escolar de crianças pretas, pardas e indígenas de quatro e cinco anos e de crianças brancas e amarelas era de 1,2 pontos percentuais — a menor taxa do Brasil.

Os dados desagregados de crianças brancas e pretas destacam desigualdades importantes, sempre desfavoráveis para as crianças pretas.

A região Centro-Oeste foi a que apresentou a maior diferença entre as frequências escolares de crianças brancas e pretas (89,4% e 80,6%). Em relação aos estados, verifica-se uma maior desigualdade, especialmente entre as taxas de escolarização de crianças brancas e pretas em Alagoas (88,6% e 75,9%), Mato Grosso (91,3% e 80,0%) e Distrito Federal (89,4% e 80,6%).

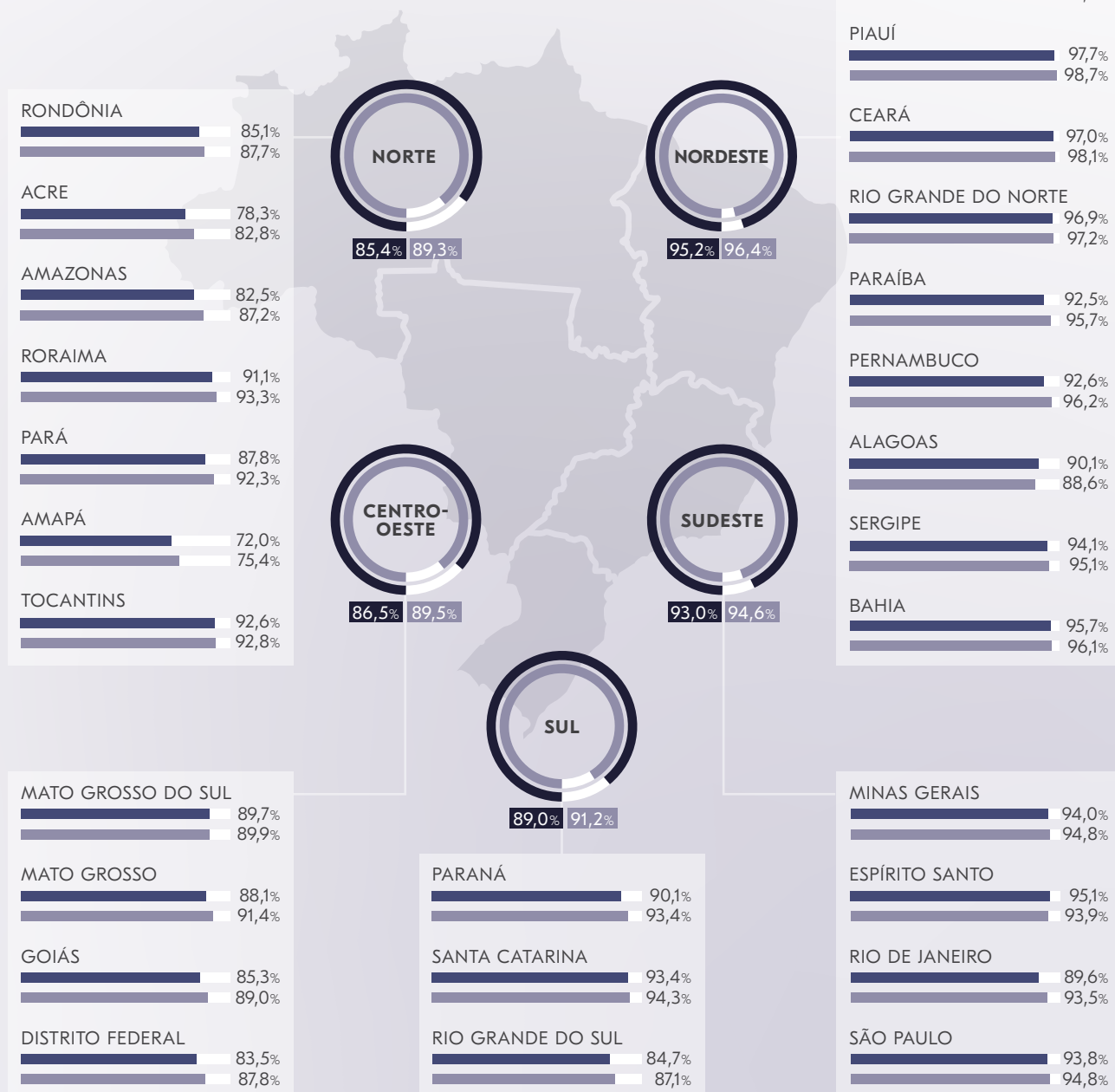
Devido à alta volatilidade encontrada nos recortes de raça e de cor, os resultados no infográfico a seguir são apresentados de forma agregada (branca ou amarela; e preta, parda ou indígena). Para consultar os dados desagregados, acesse <http://bit.ly/3UaEeZH>



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo cor ou raça, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

- PRETA, PARDA OU INDÍGENA
- BRANCO OU AMARELO



2.3

Frequência escolar de crianças pobres e não pobres

Em relação à renda das famílias das crianças fora da pré-escola, o estudo mostra diferenças expressivas nas frequências escolares daquelas que estão em situação de pobreza quando comparadas às que não estão.

Enquanto a taxa de crianças em situação de pobreza na escola era de 92,01% em 2019, a de crianças que não estavam em situação de pobreza era de 94,8%.

Ao analisar os dados por regiões brasileiras, **Sul e Norte se destacam negativamente, com as maiores desigualdades na frequência escolar neste recorte**, com uma diferença de 8,8% e 8,2%, respectivamente, em 2019. Enquanto isso, o Nordeste possui os números mais próximos para os dois grupos: 1,4%. Em relação aos estados, Amapá, Acre, Roraima, Rio Grande do Sul e Mato Grosso são os que possuem maior desigualdade nas taxas de escolarização entre as crianças dos dois grupos.

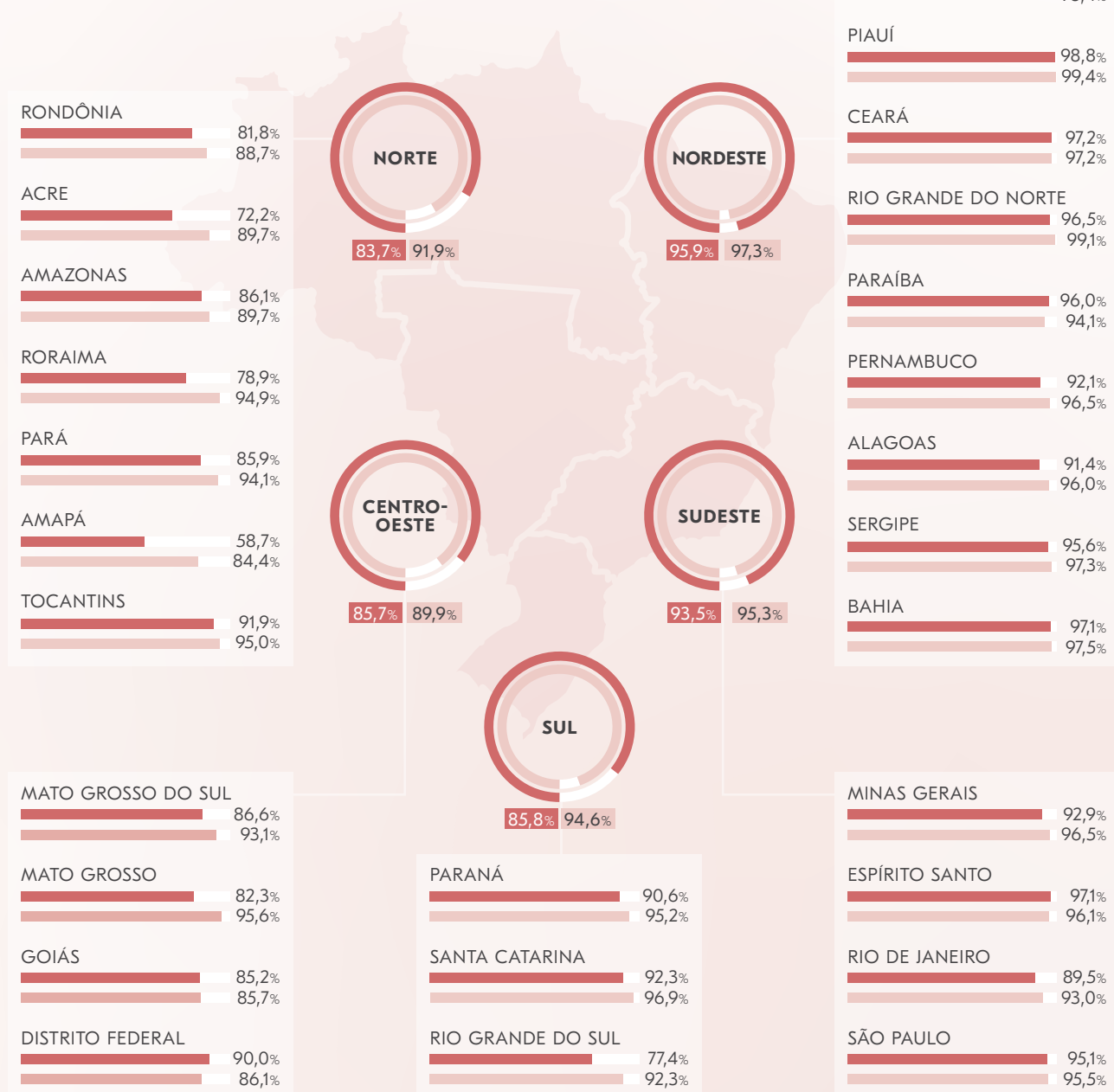
Conforme a referência do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), pautado em preços de 2010, considera-se família em situação de pobreza aquela que possui renda familiar per capita mensal de R\$140.



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo pobreza, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

POBRE
NÃO POBRE





2.4

Frequência escolar segundo idade da mãe

É importante, também, analisar as características das mães. O estudo investigou a frequência escolar de crianças cujas mães tinham menos ou mais de 20 anos de idade na ocasião de seu nascimento. Os dados mostram que, em 2019, 92,3% das crianças filhas de mães mais jovens frequentavam a escola, resultado inferior em comparação às demais crianças, cujas mães tinham mais de 20 anos: 94,4%.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), considera-se adolescente a mãe que, no nascimento da criança, possui 19 anos ou menos.

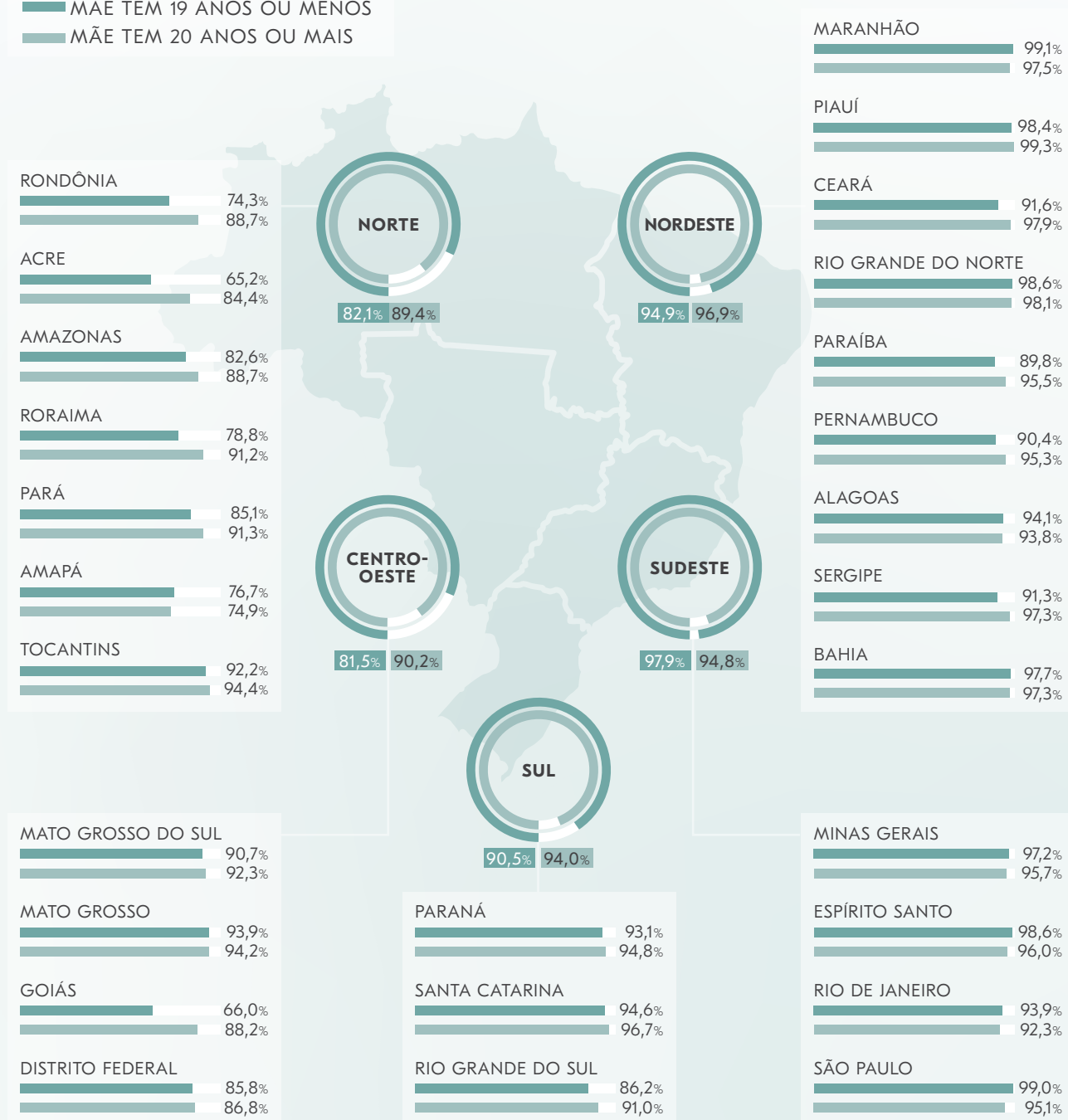
Em 2019, as regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram as menores taxas de frequência escolar de crianças filhas de mães jovens, 81,5% e 82,1%, respectivamente.



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo idade da mãe no nascimento da criança, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

- MÃE TEM 19 ANOS OU MENOS
- MÃE TEM 20 ANOS OU MAIS



2.5

Frequência escolar segundo ocupação da mãe

Uma característica da mãe importante de ser analisada diz respeito à formalidade do emprego. Crianças brasileiras entre quatro e cinco anos de idade, filhas de mães com ocupações informais, têm menores taxas de escolarização que aquelas cujas mães têm ocupação formal. Em 2019, os números eram de 95,0% e 96,6%, respectivamente.

Tal como adotado pelo IBGE na divulgação dos resultados mensais provenientes da PNADC, para classificação dos trabalhos formais e informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Perfil do Trabalho Decente no Brasil (2009).

A região Norte é a que possui menor frequência escolar para crianças filhas de mães com trabalhos informais, com 89,4%. Este resultado é explicado, especialmente, pelas baixas taxas do Amazonas (81,7%) e do Acre (85,2%). Esses dois estados também são os que apresentam maiores desigualdades nas taxas de escolarização quando se comparam crianças de mães com ocupações formais e informais (diferenças de 11,4 e 12,1 pontos percentuais, respectivamente).

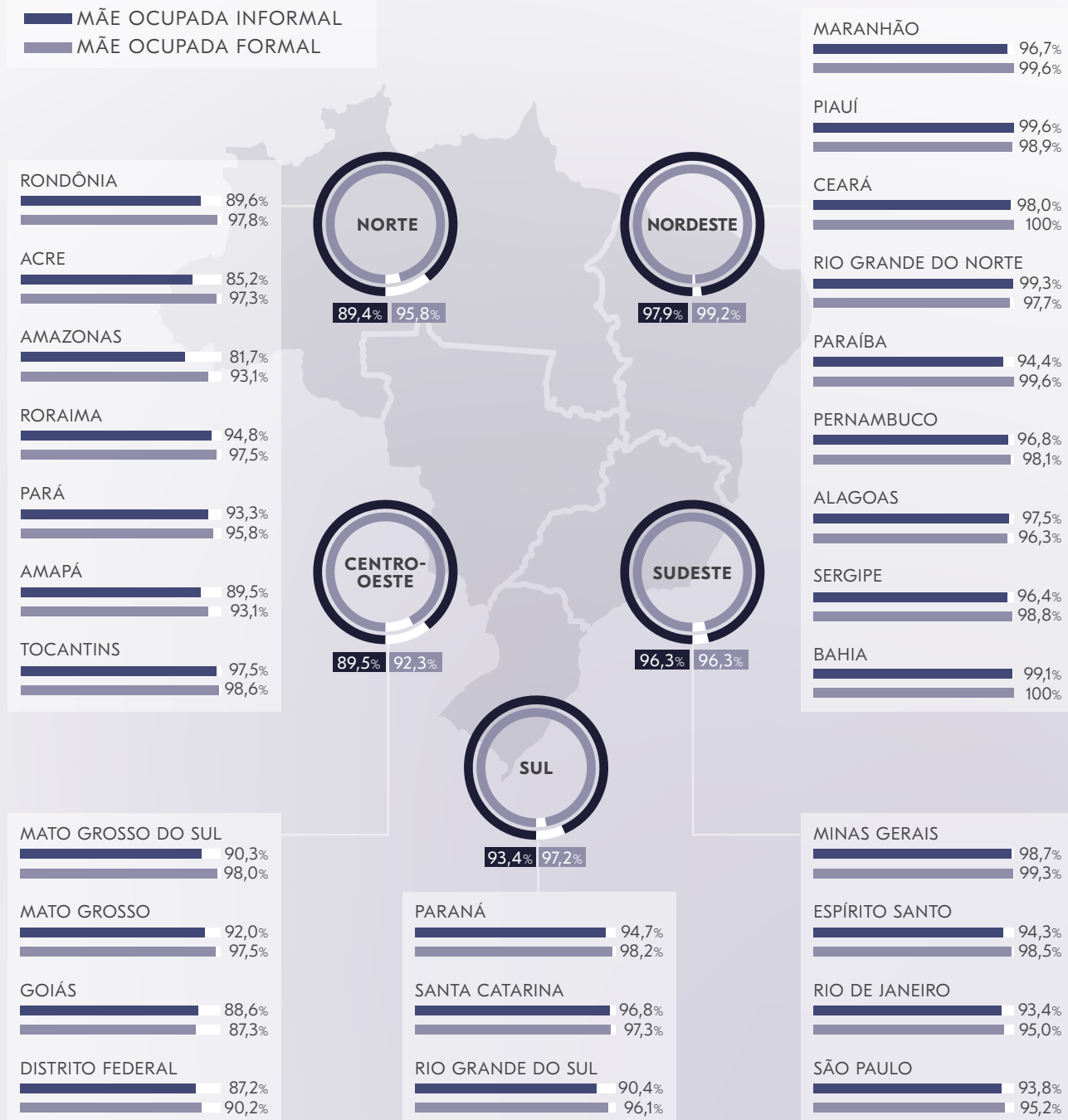
Em contrapartida, o **Nordeste praticamente universalizou o atendimento para crianças com mães ocupadas formalmente**, com taxas de 99,2%, enquanto alcançou taxas de 97,9 % para o outro grupo.



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo categoria do emprego da mãe, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

- MÃE OCUPADA INFORMAL
- MÃE OCUPADA FORMAL





2.6

Frequência escolar segundo escolaridade da mãe

Por fim, o último indicador analisado é relativo à frequência escolar de crianças conforme a escolaridade da mãe. **Em 2019, a taxa de escolarização de crianças cujas mães não possuíam Ensino Fundamental completo era de 91,1% contra 95,3% daquelas com Ensino Fundamental.**

Neste mesmo ano, as regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram as menores taxas de escolarização de filhos de mães sem Ensino Fundamental completo: 84,8% e 86,3%, respectivamente. Esses resultados são, em parte, explicados pelos baixos indicadores de 2019 no Acre (71,2%), Amapá (75,8%), Roraima (82,0%), Rondônia (82,6%), Goiás (83,8%) e Amazonas (84,7%).

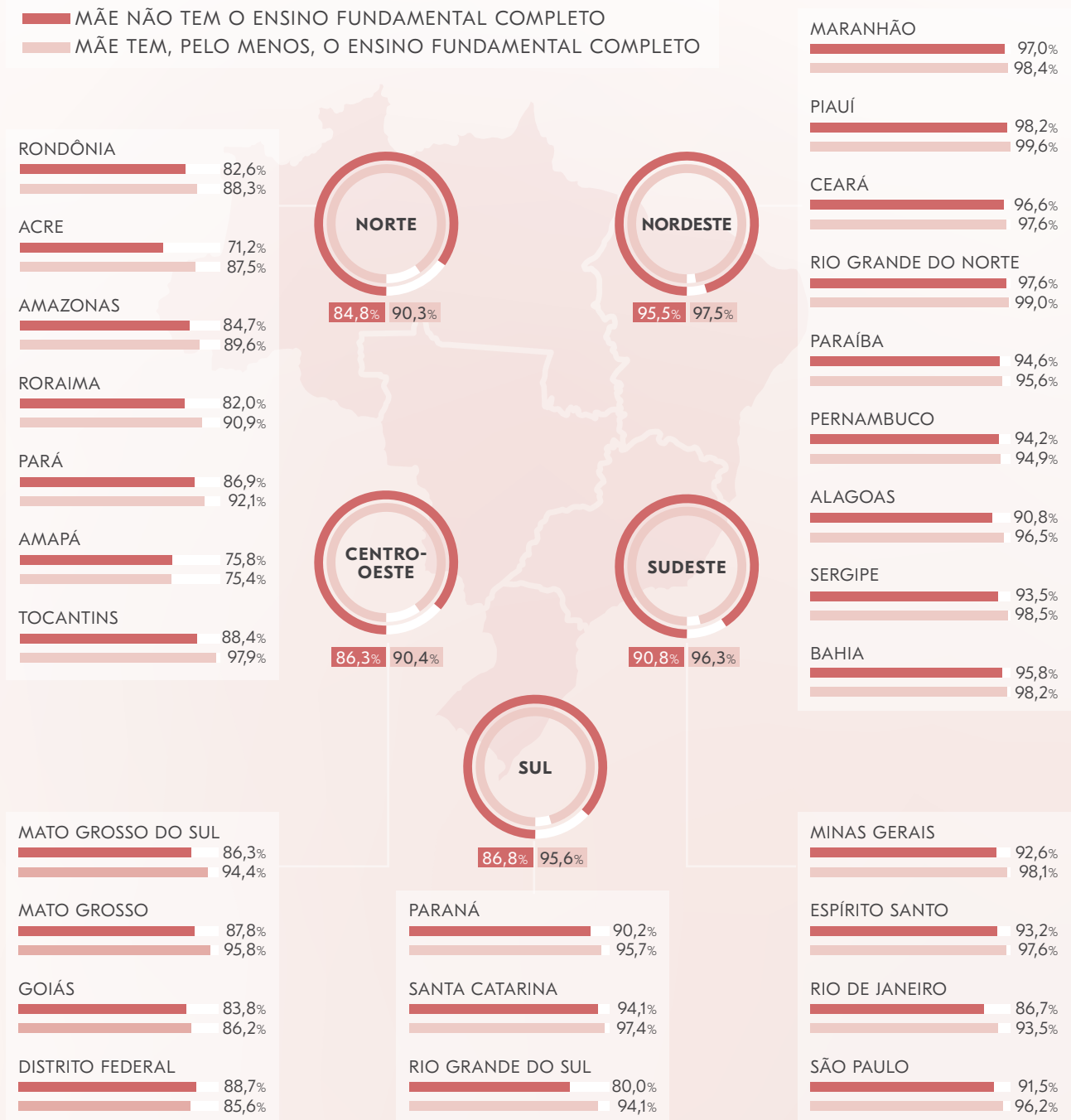
O Rio Grande do Sul é o estado com a segunda maior lacuna no atendimento entre os grupos (14,1 p.p.), atrás somente do Acre (16,3 p.p.).



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo escolaridade da mãe, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

- MÃE NÃO TEM O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
- MÃE TEM, PELO MENOS, O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO





2.7

Frequência escolar segundo condição de monoparentalidade

Outro indicador fundamental para entender as diferenças de frequência escolar de crianças em situação de vulnerabilidade é a sua condição de monoparentalidade, ou seja, crianças que moram com apenas um adulto de referência. Em 2019, as taxas de escolarização de crianças pertencentes a famílias monoparentais são muito próximas das demais: 94,2% e 94,1%, respectivamente.

Foram consideradas como crianças pertencentes a famílias monoparentais aquelas que residiam em domicílios em que houvesse apenas uma pessoa com 18 anos ou mais.

A região Centro-Oeste, no entanto, chama atenção como a que possui maior defasagem em relação à frequência escolar de crianças que residem com apenas um adulto. Em 2019, a taxa para famílias monoparentais nessa região foi de 83,1% e a de famílias não-monoparentais foi de 89,9%. Este resultado decorre, especialmente, da situação observada em Goiás, que apresentou um resultado de 72,1% e 87,4%, respectivamente, para os mesmos indicadores.

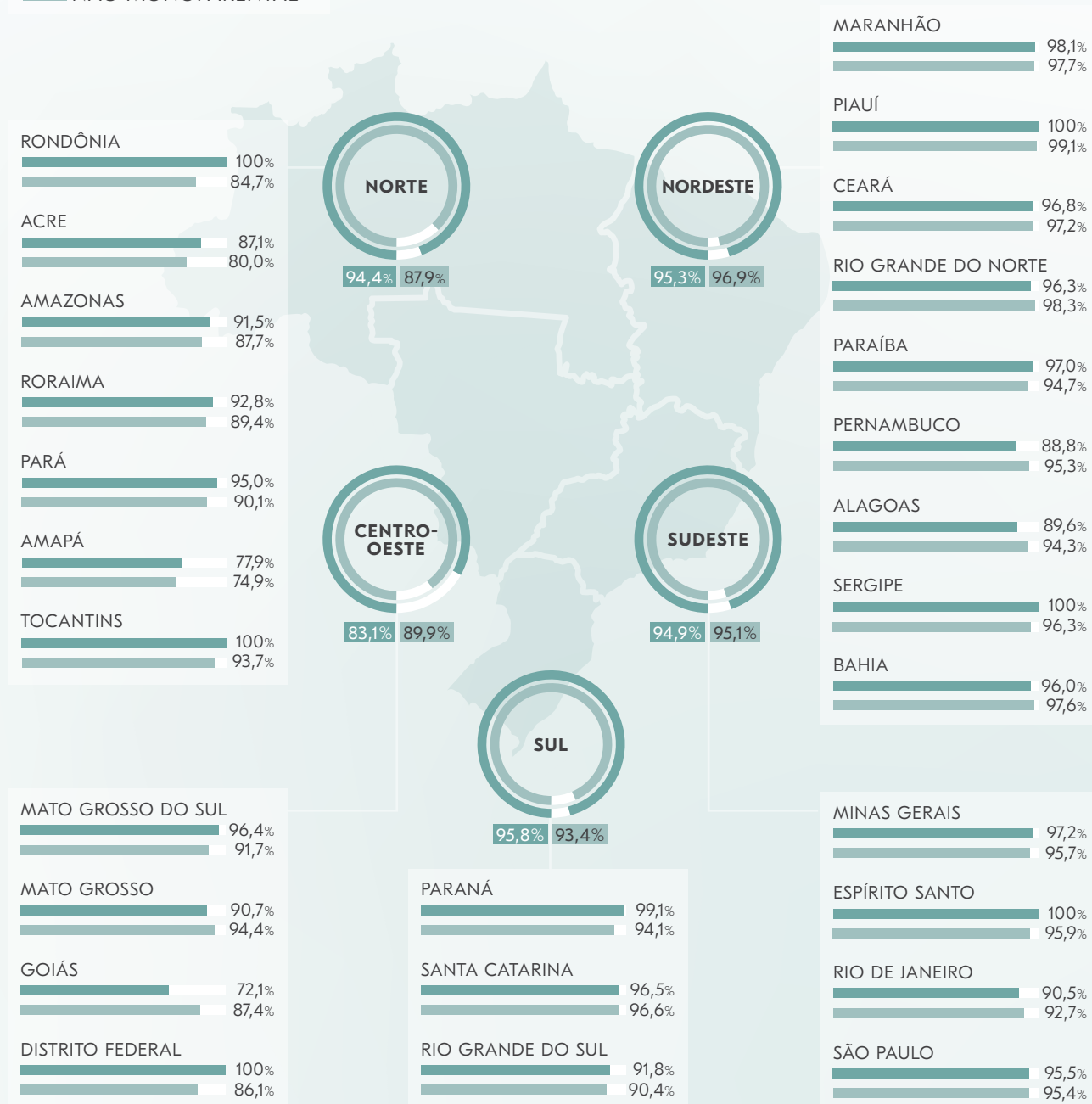
Por outro lado, **estados como Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal são exemplos de universalização da frequência escolar para crianças em situação de monoparentalidade, com taxas de 100% de frequência escolar.**



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo monoparentalidade, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

- MONOPARENTAL
- NÃO MONOPARENTAL





2.8

Frequência escolar segundo a situação do domicílio

A porcentagem de crianças entre quatro e cinco anos de idade que frequentam a escola é menor nas localidades rurais, com uma diferença de 3% em 2019.

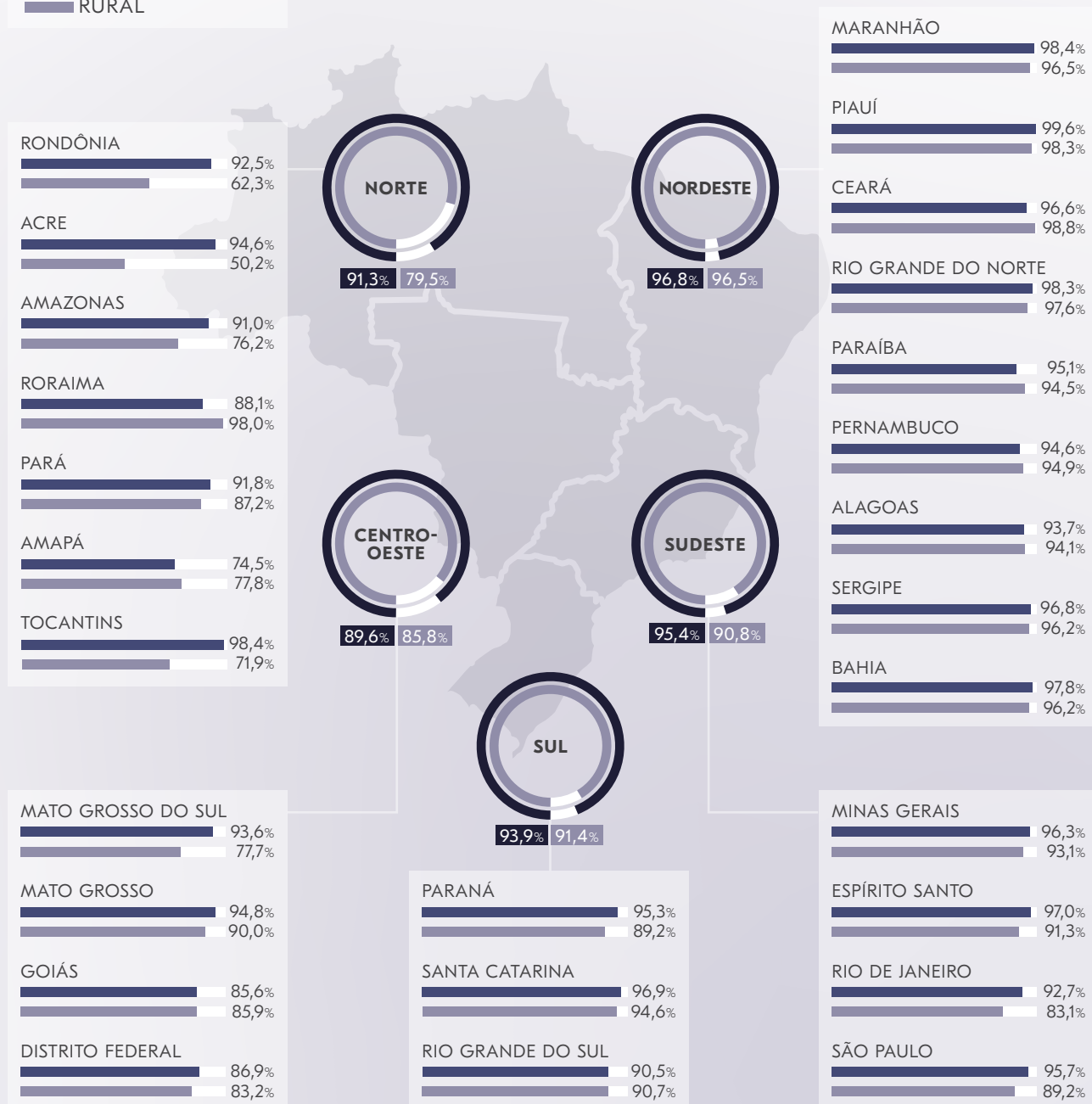
Estados como Acre (50,2%), Rondônia (62,3%), Tocantins (71,9%), Amazonas (76,2%) e Mato Grosso do Sul (77,7%), são exemplos de baixas taxas de escolarização em domicílios rurais, e de grandes disparidades entre frequência escolar de crianças residentes em zonas urbanas e rurais (ver infográfico).



Frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos, segundo situação do domicílio, por estados e regiões em 2019

LEGENDA:

■ URBANO
■ RURAL



Impactos da pandemia na pré-escola



FOTO: ADOBE STOCK



A pandemia de covid-19 trouxe inúmeros desafios para o Brasil, especialmente para a comunidade escolar e a primeira infância. Famílias, crianças e educadores tiveram que se adaptar a uma rotina sem atividades presenciais, o que impactou diretamente na dinâmica das matrículas de toda a educação básica, sobretudo na Educação Infantil.

O estudo "*Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância*", organizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Itaú Social e o UNICEF, com apoio da Unidme e do Congemas (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), calculou as Taxas de Matrícula Bruta (TMB) na Educação Infantil e pré-escola para todos os estados, com destaque para os impactos da pandemia para o indicador. Embora o estudo contemple também as creches, apresentam-se aqui apenas os resultados da pré-escola.

Houve queda da TMB na pré-escola durante a pandemia, que ficou em 83,7% em 2021. De 2019 a 2021, a retração foi de 4,1 p.p. Em números absolutos, a redução no número de matrículas foi de aproximadamente 315 mil entre 2019 e 2021, sendo 275 mil apenas em 2021.

A TMB informa o percentual da população total matriculada na Educação Infantil em relação à população que se encontra na faixa etária recomendada. De 2019 a 2021, verifica-se a queda da TMB tanto na creche quanto na pré-escola; além disso, observou-se a reversão de uma tendência de crescimento no acesso das crianças de zero a cinco anos à Educação Infantil, que evoluía em um bom ritmo há mais de uma década.

Houve queda nas taxas de matrícula em todas as regiões brasileiras, com destaque para a região Nordeste (redução de 5,5 p.p. no período). Com relação aos estados, apenas Rondônia, Tocantins e Paraná apresentaram elevação nas TMB na pré-escola. Por outro lado, estados como Sergipe (8,9 p.p.), Pernambuco (7,2 p.p.) e Roraima (7 p.p.) tiveram quedas expressivas no indicador.

A redução da TMB é, em grande parte, explicada pela dinâmica das matrículas na rede privada entre 2019 e 2021.

Neste período, a queda da taxa na rede privada foi de 5 p.p., valor superior à variação total (4,1 p.p.), o que evidencia o movimento já em curso de transferência de crianças da rede privada para a rede pública. Tanto assim que a TMB na pré-escola da rede pública subiu 0,9 p.p., indo de 67,5% em 2019 para 68,4% em 2021.

Com o apoio da Unidme e do Congemas, a pesquisa abrange um portfólio de estudos com análise de dados secundários, em escala nacional, sobre saúde, educação e aspectos socioeconômicos, e tem como principais bases de dados o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação (MEC), o IBGE e a PNAD Contínua.

METODOLOGIA

Taxa de Matrícula Bruta (TMB) = Número de matrículas realizadas na etapa de ensino ÷ População na faixa etária de ensino.

- As informações sobre matrículas provêm das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, elaboradas a partir do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ligado ao Ministério da Educação (Inep/MEC).

- As informações populacionais foram extraídas da revisão 2018 das Projeções Populacionais (a mais atual) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Impactos da pandemia na pré-escola

Esta forte queda de matrículas na rede privada e o incremento na rede pública são também consequência da instabilidade econômica que o país enfrenta desde antes da pandemia. A mudança de padrão na TMB na pré-escola da rede privada foi verificada em todas as regiões e em todos os estados, com destaque para o Nordeste, que sofreu redução de 7,4 p.p. neste indicador. Com relação aos estados, a maior diminuição foi observada nas pré-escolas particulares da Bahia (10,3 p.p.).

NÚMERO DE MATRÍCULAS E TAXA BRUTA DE MATRÍCULA (TBM) EM PRÉ-ESCOLAS NO BRASIL E REGIÕES – 2019-2021

País e regiões	Número de matrículas 2019	Taxa bruta 2019	Número de matrículas 2020	Taxa bruta 2020	Número de matrículas 2021	Taxa bruta 2021
Brasil	5.217.686	87,8%	5.177.806	87,1%	4.902.189	83,7%
Centro-Oeste	410.463	83,3%	418.693	84,9%	388.642	80,0%
Nordeste	1.473.035	88,6%	1.445.175	87,0%	1.359.506	83,0%
Norte	512.633	78,3%	510.412	78,9%	487.040	76,6%
Sudeste	2.100.695	89,8%	2.079.563	88,8%	1.958.899	85,0%
Sul	720.860	90,9%	723.963	90,6%	708.102	89,3%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO INEP

NÚMERO DE MATRÍCULAS E TAXA BRUTA DE MATRÍCULA (TBM) EM PRÉ-ESCOLAS DA REDE PRIVADA NO BRASIL E REGIÕES – 2019-2021

País e regiões	Número de matrículas 2019	Taxa bruta 2019	Número de matrículas 2020	Taxa bruta 2020	Número de matrículas 2021	Taxa bruta 2021
Brasil	1.207.328	20,3%	1.120.231	18,9%	898.089	15,3%
Centro-Oeste	92.594	18,8%	86.190	17,5%	72.736	15,0%
Nordeste	394.166	23,7%	355.523	21,4%	266.845	16,3%
Norte	60.288	9,2%	55.917	8,6%	44.654	7,0%
Sudeste	500.174	21,4%	470.563	20,1%	376.670	16,3%
Sul	160.106	20,2%	152.038	19,0%	137.184	17,3%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO INEP

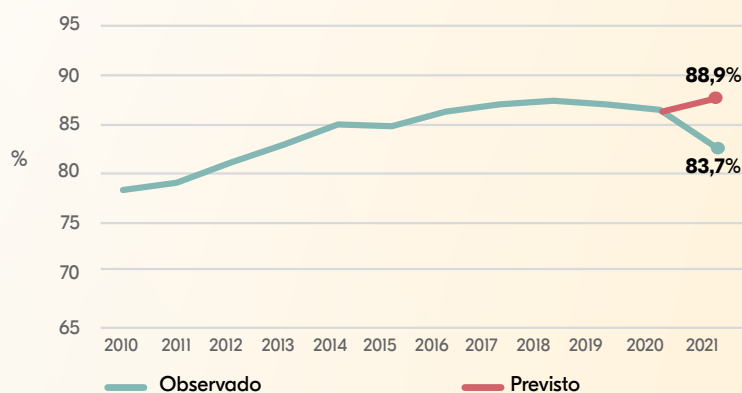
3.1 Em um cenário hipotético, e se não tivesse havido pandemia?

O estudo também trouxe projeções que consideram um cenário hipotético de ausência de pandemia para as taxas de matrícula brutas nas pré-escolas em 2021. Esse exercício permite especular sobre o verdadeiro impacto da pandemia no atendimento às crianças na Educação Infantil por meio da comparação entre as taxas observadas e aquelas projetadas para o ano de 2021. Havia uma tendência de crescimento nas taxas de matrículas que se esperava, na ausência da pandemia, que fosse continuar. Dessa forma, o impacto é maior do que a análise simples de comparação entre dois anos.

Na pré-escola, a previsão era de que o indicador alcançasse 88,9% em 2021, 5,2 p.p. acima da taxa observada (83,7%). As taxas observadas na pré-escola, em 2021, foram menores que as previstas para todas as regiões, com maior diferença na região Sul (6,2 p.p.). Entre os estados, é importante frisar que, mesmo com a pandemia, Tocantins e Rondônia apresentaram taxas de matrículas superiores às projetadas pelas tendências de crescimento.

Recomenda-se a leitura do estudo [“Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância”](#) completo para maior entendimento dos impactos

TAXAS BRUTAS DE MATRÍCULAS (TBM) OBSERVADAS E PREVISTAS PARA PRÉ-ESCOLA NO BRASIL – 2010-2021



FONTE: PUBLICAÇÃO “DESIGUALDADES E IMPACTOS DA COVID-19 NA ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA”

Com a palavra, o presidente da Undime

Para a redução das desigualdades expostas nos números dos capítulos anteriores, o presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia, deixa claro a necessidade de colaboração entre os entes federados para que as ações em prol da universalização da pré-escola sejam executadas em escala.

“Em geral, a ampliação de vagas depende da disponibilidade de recursos financeiros para investimentos, o que torna lento e descontinuado esse processo de expansão”, explica Luiz Miguel. “Para além dos recursos financeiros, outros fatores impactam nisso, como: a ausência de um verdadeiro regime de colaboração entre municípios, estados e União, a escassez de recursos próprios dos municípios para aplicar nesse tipo de investimento e os limites estabelecidos para gasto com pessoal”, aponta.

Identificar as desigualdades e adotar critérios de priorização para que as vagas sejam ofertadas para as famílias em situação de maior vulnerabilidade também é fundamental. Ainda mais considerando que crianças pretas, pobres, residentes em zonas rurais, filhas de mães com baixa escolaridade e com empregos precários são aquelas com maior risco de não frequentar essa etapa educacional.

“Os estudos no campo da Educação Infantil são extremamente importantes, porque estimulam reflexões sobre as práticas adotadas, potencializam tomadas de decisões mais assertivas no que diz respeito à gestão da política pública e colocam em destaque um assunto que precisa ser debatido pelo conjunto da sociedade brasileira”, pontua Martins. “Além disso, tais estudos subsidiarão o processo de avaliação e monitoramento dos planos municipais de educação e do Plano Nacional de Educação, bem como o processo de discussão dos planos decenais para o período 2024-2034.”



Como já dito, a pesquisa mostra casos em que as desigualdades educacionais são menores. A região Nordeste, por exemplo, aparece com indicadores menos desiguais de frequência escolar para crianças com idades entre quatro e cinco anos.

“Alguns estudos sugerem que, na região Nordeste, a escola tem uma importância e um papel diferenciado perante às famílias. Entretanto, o direcionamento de investimentos federais para a região, a atuação dos governos estaduais junto aos municípios e a adoção de políticas públicas baseadas na equidade pelas gestões municipais são fatores que devem ser considerados”, alerta Luiz Miguel.

Além da ampliação da oferta de vagas nas regiões de maior vulnerabilidade social e para as famílias monoparentais, é necessário pensar na qualidade do atendimento oferecido às crianças. Para isso, a destinação e execução de recursos para essa área, que contemplem a aquisição de equipamentos adequados e contratação de profissionais competentes, é imprescindível, garantindo a aplicação dos recursos do Fundeb destinados à Educação Infantil com rigor. Da mesma forma o Custo Aluno-Qualidade, previsto na Emenda Constitucional 108/2020 e na Lei 14.113/20 do Fundeb, precisa referenciar a definição das diferenças e das ponderações aplicáveis entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica.

Além dos desafios já postos, durante a pandemia de covid-19, entre 2019 e 2021, os números de matrícula na pré-escola – que vinham em uma crescente – e das taxas de matrículas brutas em toda a Educação Infantil, especialmente na pré-escola, sofreram redução em todas as regiões do país.

“[Para reverter esta situação,] além da garantia de espaço físicos, recursos humanos e materiais suficientes, faz-se necessário realizar um intenso trabalho de mobilização junto às famílias sobre a importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento da criança”, explica Luiz Miguel Martins. “Outra necessidade é conferir segurança sanitária em todos os aspectos, para que as famílias se sintam seguras em levar os seus filhos à escola, visto que a pandemia deixou sequelas importantes em nossas vidas”, pondera.

Considerações finais



FOTO: ADOBE STOCK



As redes públicas municipais sempre foram fundamentais para garantir o direito à Educação Infantil e reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Esse papel tornou-se ainda mais prioritário com a pandemia de covid-19, uma vez que os dados apontam uma recente migração de crianças da rede particular para a rede pública.

Os grupos aqui apontados como menos presentes na pré-escola já vinham de um cenário de desigualdade prévio à pandemia, que tende a ter se agravado, demonstrando a urgência de ações voltadas para esses públicos.

Além da garantia de espaços físicos, recursos humanos e materiais de qualidade, faz-se necessário um intenso trabalho de ações de sensibilização e mobilização junto às famílias sobre a importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento das crianças, uma vez que cabe a elas a matrícula das crianças na pré-escola. Este é um assunto que deve ser debatido por toda a sociedade brasileira.

Os governos estaduais e a União, por sua vez, precisarão contribuir com um regime de colaboração com os municípios, de modo a investir os recursos necessários para atender com qualidade a todos os grupos sociais de forma igualitária e equânime.

Um plano emergencial voltado à Educação Infantil – considerando a universalização pretendida no PNE 2014-2024 e os impactos da pandemia – tem de ser um compromisso articulado por diversos setores da sociedade e com o engajamento de todos os entes federados, para que nenhuma criança fique para trás.

Faz-se necessário um intenso trabalho de ações de sensibilização e mobilização junto às famílias sobre a importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento das crianças

Cinco ações do gestor municipal para garantir o direito à pré-escola a todas as crianças

- 1 Planejar a expansão de vagas**, com especial atenção em atender as localidades em que residem os públicos mais vulneráveis identificados neste estudo.
- 2 Identificar e localizar as crianças que não estão matriculadas** na pré-escola ou que estão em situação de evasão, utilizando estratégias como a Busca Ativa Escolar, apresentada a seguir.
- 3 Sensibilizar as famílias para a importância da Educação Infantil** de qualidade enquanto direito da criança e etapa com objetivos específicos de aprendizagem, com ênfase na obrigatoriedade da pré-escola.
- 4 Articular ações intersetoriais**, tanto no nível da gestão, quanto nos profissionais que atuam na ponta para que as secretarias de saúde, assistência social e educação trabalhem conjuntamente na promoção do direito à pré-escola às crianças.
- 5 Contribuir para a efetivação do regime de colaboração**, conhecendo quais programas e políticas federais e do seu estado estão ativos para a Educação Infantil e em quais seu município pode ser participante, além de demandar destes entes uma maior participação no regime.



Conhecendo a metodologia de Busca Ativa Escolar

A fim de trazer para a Educação Infantil essas crianças que nunca frequentaram a escola, ou aquelas em situação de evasão escolar, é essencial ter dados que auxiliem os gestores públicos no planejamento de estratégias de atendimento a essa população, e na implementação de políticas públicas eficazes.

Por isso, o UNICEF e a Undime desenvolveram a Busca Ativa Escolar. A plataforma disponibiliza gratuitamente dados concretos aos municípios e estados para possibilitar a identificação, o registro, o controle e o acompanhamento das crianças.

A estratégia reúne representantes de diferentes áreas — como Educação, Saúde e Assistência Social —, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção das crianças e tomar as providências necessárias para um atendimento de qualidade que garanta sua (re)matrícula e consequente permanência na escola.

A metodologia da Busca Ativa Escolar também é composta por uma ferramenta tecnológica que permite o acompanhamento do processo e que funciona como um grande banco de dados. A plataforma pode ser acessada via diversos dispositivos tecnológicos, como celulares, tablets e computadores, mas também há a disponibilização de formulários impressos para facilitar o uso daqueles que não têm acesso a dispositivos móveis.

Buscar ativamente as crianças da Educação Infantil é essencial para reduzir a desigualdade encontrada durante a pandemia e realizar essa busca compartilhando as responsabilidades com todas as políticas e olhando a criança integralmente é urgente.

A ferramenta conta também com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

Quando estar na escola é esperança para romper o ciclo de pobreza



Yasmin e família

Yasmin, com quatro anos de idade em 2018, foi uma das crianças que começaram a cursar a pré-escola, etapa obrigatória, por meio do mapeamento realizado pela ferramenta de Busca Ativa Escolar. Agora, ela tem a chance de romper o ciclo do analfabetismo que atravessa gerações em sua família.

Sua avó, Sylvania Maria de Jesus, de 59 anos, se emociona ao contar que, de seus 13 filhos, cinco faleceram. Todos os outros oito são analfabetos, assim como ela. “Na época, tudo era difícil. Eu tive que colocá-los na enxada desde cedo para trabalhar na roça. Aí, eles perdiam a escola. Não tinha jeito, eles tinham que trabalhar, tinham que sobreviver”, explica.

Em janeiro de 2018, sua residência, na zona rural de Euclides da Cunha (BA), no sertão baiano, recebeu a visita de Lucijane Neves, coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar no município, e de Marly Matos, vice-diretora da escola da região (E.M. Luís Valeriano Dias).

Na pequena casa de paredes de tijolo aparentes, além da avó, Yasmin também mora com a mãe, Simone dos Santos, e suas três irmãs. As duas mais velhas, Nicole, de cinco anos, e Mikaele, com 10 anos, estavam matriculadas, mas faltavam bastante às aulas e estavam em risco de evadir.

“Eu fiquei muito feliz quando elas chegaram aqui em casa e disseram que tinha vaga para a Yasmin na escola. No começo, eu estava com medo de ela ir. Aí explicaram que a escola era boa, que ia dar boa educação, e coloquei ela. Achei que ela ia gostar e realmente aprender na vida”, diz Simone.

Com 24 anos e mãe das quatro meninas, a vida de Simone se confunde com a da própria mãe. “Sou analfabeta, não nego. Eu

tinha muita vontade de estudar para ter alguma coisa na minha vida, para ter um futuro. Cheguei a ir para a escola algumas vezes, mas parei quando tive minhas filhas. Tive a primeira com 14 anos, foi nessa época que deixei de estudar”, lembra.

Apesar das dificuldades, Sylvania e Simone sorriem quando falam da nova geração de crianças que agora frequentam a escola. A matrícula de Yasmin foi feita na hora pela equipe da Busca Ativa Escolar, que também orientou a família sobre a importância da frequência escolar das três meninas. Com isso, o ciclo de pobreza pode ser quebrado.

“Nós não estudamos. É a causa da nossa fraqueza. O meu prazer é ver minhas netinhas na escola, formadas, para amanhã e depois sobreviver, ter o pão de cada dia e poder dar uma vida melhor para a mãe delas. Sei que um dia vou ouvir elas dizerem ‘eu vou dar essa alegria à minha avó, que lutou tão bem por mim”, conclui Sylvania.



Yasmin, 4 anos

DESIGUALDADES NA GARANTIA DO DIREITO À PRÉ-ESCOLA

INICIATIVA



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



UNDIME
União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação

unicef 
para cada criança

PARCEIRO TÉCNICO



QUANTIS
Consultoria Financeira